Em Destaque

PLANO. As possíveis mudanças na linha mais econômica do programa preocupam empresários que atuam no ramo, mas são consideradas positivas aos que dependem menos desta categoria

Futuro da faixa 1 do Minha Casa divide opinião das construtoras

IMÓVEIS

Paula Cristina Henrique Julião São Paulo

paulacs@dci.com.br

• As incertezas sobre o futuro da faixa 1 do Minha Casa Minha Vida divide as construtoras que atuam no programa. Enquanto quem negocia a faixa 1 mostra preocupação com o futuro das contratações, os empresários das linhas 2 e 3 dizem que a revisão é necessária para manter o projeto, como um todo, operante.

"Se o programa acabar, acaba também meu principal negócio", resumiu o diretor-geral da construtora Guarida, Romero Garcia. Com forte atuação no Nordeste, a empresa já lançou cinco empreendimentos voltados à faixa 1 – com famílias que possuam renda inferior a R\$ 1,8 mil. "Por depender mais de dinheiro público, ele deve ser o primeiro a minguar", resumiu.

A percepção negativa quanto ao futuro do programa, compartilhada por Garcia, ganhou força na última semana quando o ministro das Cidades, Bruno Araújo, revelou que o governo está cauteloso com novas contratações do Minha Casa, principalmente das faixas 1 e 1,5,

que necessitam de maior investimento público na construção.

"As faixas 2 e 3 não estão paradas, elas continuam andando e devem ser contratadas normalmente. O que está andando está andando. Só as contratações devem ser pausadas", previu o diretor da Associação Brasileira das Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc) Luiz Fernando Moura.

Alternativas

Para Moura, uma alternativa possível para se manter o ritmo de redução do déficit habitacional, sem sobrecarregar o governo, seria repassar à iniciativa privada o processo, com o objetivo de acelerar o volume de entregas. "Com o déficit que a gente tem, deixar exclusivamente nas mãos do governo federal é insuficiente para vencer a demanda reprimida", resumiu.

Para Garcia, uma alternativa seria desburocratizar a construção de moradias populares em outras esferas. "Se o Minha Casa demora, uma iniciativa estadual e municipal demora o dobro. Para não depender apenas de um programa, o ideal é que outros tivessem condições semelhantes em esferas públicas distintas."

Enquanto isso não acontece, o executivo ressalta que irá travar a busca de terrenos para empreendimentos do programa



Empreendimento entregue no Rio de Janeiro abrigou 120 famílias

por um tempo. "Estamos com o pé no freio com relação à busca de terrenos e volume de mão de obra em função dessa possível parada. Não vale a pena investirmos em terrenos agora, apesar de o preço estar bom", disse.

Faixas 2 e 3

Entre as faixas 2 e 3 do programa – para famílias que tem renda entre R\$ 2,3 mil e R\$ 6,5 mil – a postura do setor da construção parece mais otimista.

Exemplo disso, umas das maiores contratantes no programa, a Direcional Engenharia, manterá os investimentos no setor. "Todo plano de negócios da companhia está mantido", disse o diretor vice-presidente, Ricardo Ribeiro, lembrando que as contratações da faixa 1 ainda "aguardam a decisão do governo".

Na construtora paranaense Construpar, a iniciativa do governo de revisão da faixa 1 é necessária. "O governo já vinha atrasando repasses da faixa 1 e sendo mais morosa na efetivação dos novos contratos. Eu acredito que a revisão seja positiva e vá estimular toda a cadeia", afirmou o diretor comercial da empresa, Robson Galvão. Tanto Galvão quanto Ribeiro acreditam em um prazo de 40 dias até que o governo federal consiga trazer uma prospecção mais exata do setor.

Impacto na economia

O vice-presidente de habitação popular do Sindicato da Construção de São Paulo (Sinduscon-SP), Ronaldo Cury, ressaltou a importância da construção no PIB, e garantiu que a entidade "Defende uma solução de mercado, que não prejudique o futuro do FGTS nem o orçamento brasileiro."

Um estudo da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) comprova esse papel do setor. Segundo o levantamento, se não houver descontinuidade, o programa se manterá sustentável até 2018, pois o dispêndio previsto de R\$ 7,25 bilhões em subsídios é bem inferior as R\$ 12,9 bilhões a ser arrecadado pelo governo em tributos em função das contratação de dois milhões de unidades habitacionais. Ainda segundo o material, se a fase 3 do MCMV for interrompida, deixarão de ser gerados R\$ 145,7 bilhões em valor agregado para o PIB, sendo R\$ 79 bilhões na indústria da construção; 2,8 milhões de postos de trabalho não serão criados e R\$ 37,3 bilhões em tributos deixarão de ser arrecadados.

